



Eixo: Serviço Social, fundamentos, formação e trabalho profissional.

Sub-eixo: Trabalho Profissional.

## AS MUDANÇAS NO TRABALHO E OS DILEMAS ACERCA DO FAZER PROFISSIONAL

DEBORA HOLANDA LEITE MENEZES<sup>1</sup>  
MAURICIO MATIAS SOARES<sup>2</sup>

**Resumo:** O assistente social vive dilemas contemporâneos propiciados pelo processo de reestruturação do capital, cujos reflexos atingem o Estado, a sociedade e o mundo do trabalho. Nesse cenário, os determinantes de ordem técnica e política vão afligir o profissional, levando-o a um dilema: submissão à ordem vigente do mercado de trabalho, garantindo a sua manutenção no emprego e, conseqüentemente, a sua sobrevivência; ou superação da ordem em defesa aos princípios éticos políticos, principalmente na assistência social, onde tais impactos são manifestos claramente.

**Palavras – chave:** Mundo do Trabalho; Serviço Social; pratica profissional.

**Resumen:** El trabajador social vive dilemas contemporâneos propiciados por el proceso de reestructuración del capital, cuyos reflejos alcanzan el Estado, la sociedad y el mundo del trabajo. En este escenario, los determinantes de orden técnico y político van a afligir al profesional, llevándolo a un dilema: sumisión al orden vigente del mercado de trabajo, garantizando su mantenimiento en el empleo y, consecuentemente, su supervivencia; o superación del orden en defensa de los principios éticos políticos, principalmente en la política de asistencia social, donde tales impactos se manifiestan claramente.

**Palabras clave:** Mundo del Trabajo; Servicio Social; práctica profesional.

### 1. INTRODUÇÃO

Na consonância da análise de Iamamoto (2009) referente à compreensão de que o Serviço Social não possui um processo de trabalho, mas que está inserido nos processos de trabalho dos espaços sócio-ocupacionais, onde atua, e que a sua autonomia é relativa, pois depende dos recursos providos pelas instituições para efetivar as intervenções propostas. O presente ensaio busca dinamizar o debate, ainda insosso na categoria, inerente aos dilemas vivenciados pelos assistentes sociais no cotidiano profissional, no que tange a defesa da profissão e do emprego.

<sup>1</sup> Estudante de Pós-Graduação. Universidade Federal Fluminense. E-mail: <debyholanda@gmail.com>

<sup>2</sup> Professor com formação em Serviço Social. Centro Universitário Augusto Motta.

Segundo Netto (1996, p. 88), “as intensas transformações societárias constituem solo privilegiado para o processamento de alterações profissionais”, por isso, deixar de explorar esse solo é se colocar a margem da reconfiguração sofrida pelas profissões em suas particularidades prático-social ao curso dessas últimas décadas. Portanto, pretende-se aqui sumariar, com base nas fontes secundárias, iluminadas pelo materialismo histórico dialético, permitindo uma análise na dimensão da totalidade, o leque de acontecimentos e movimentos, que conduzirá a análise da nova face do mercado de trabalho, no Brasil, com foco no Serviço Social.

O cenário brasileiro dos últimos cinco decênios apresenta uma dupla face, por vezes contraditórias, de euforia e luta por conquistas e de passividade e adaptação frente ao desmonte e perdas em todas as esferas da sociedade, resultante das transformações protagonizadas pelo desenvolvimento capitalista mundial. Há de destacar, as mudanças no mundo do trabalho e na organização e implementação das políticas sociais, fato que reflete tanto na execução como na compreensão desse “tsunami” no cerne do Serviço Social.

Nessa guisa o debate se funda no entendimento sobre o trabalho do assistente social, no âmbito de suas competências e habilidades, no sentido de desvelar a obscuridade dos desafios e dilemas profissionais, que colocam o assistente social circunvalado da necessidade de se manter como trabalhador no mercado de trabalho. O que lhe exige competir e assumir posições, por vezes contrárias aos princípios da profissão, seguindo metodologias que engessam o seu fazer profissional lhe dando um perfil de mero executor de protocolos e padrões interventivos, negando a sua competência profissional, ou de reagir ao processo de padronização, assumindo o papel social de trabalhador intelectual capacitado para analisar e propor a sua ação interventiva e, assim seguir em consonância rumo a finalidade da profissão descrita ideologicamente no projeto ético político.

Nesse sentido, a direção hipotetizada quer compreender o processo de “protocolização” e normatização do exercício profissional, imposto pelos novos padrões capitalistas a partir da reestruturação produtiva no final do século XX, que reorientaram as profissões, inclusive a de Serviço Social, e configuraram uma desestruturação e uma precarização dos serviços; portanto, no caso do

Serviço Social, não favoreceram as práticas interventivas mediadas pela desmistificação da realidade, mas oportunizaram a efetivação de uma prática profissional a favor dos ideais neoliberais de desmobilização das lutas sociais e de seleção/minimização da operacionalização da garantia de cidadania.

## 2. UM NOVO (VELHO) MUNDO DO TRABALHO E DILEMAS

As grandes transformações societárias produzidas pelo capitalismo no fim do século XX atingiu incisivamente a classe trabalhadora, principalmente, no que tange as suas atribuições no mundo do trabalho. Além da desmobilização política, a supervalorização do individualismo e a fragmentação dos trabalhadores como classe, as exigências do empregador no cumprimento de regras e submissão à padronização das atividades laborativas leva-nos a uma reflexão profícua e significativa do cenário emergente na contemporaneidade.

O ponto de largada é o cenário que fecunda a década de 1970, quando o padrão de acumulação “rígido” do capital, alimentado pelo “*pacto de classes*” fordista – keynesiano, apresenta indícios de seu esgotamento, levando os *anos dourados* do capital ao declínio operado por ondas longas de recessão, as quais expressavam “as contradições imanentes à lógica do capital, especialmente aquelas postas pela tendência a queda da taxa média de lucro pela superacumulação” (Mandel apud Netto, 1996, p. 90).

Cabe destacar que os “*Trinta Anos Gloriosos*”, “*Era de Ouro*” ou “*Anos Dourados*” do capital foram proporcionados pela soma de condições que favoreceram a construção da experiência expressa no *Welfare State* e nos Estado de Estar Social europeu, prosperados em meio ao cenário de Guerra Fria, de fundação do Plano Marshall e do desencadeamento de estratégias anticíclicas keynesianas combinadas aos ganhos da produtividade oriunda do fordismo. Esse cenário evidenciava a necessidade do capitalismo de fazer um contraponto civilizado, ao ainda recente Estado Socialista no mesmo mote de reconstrução da Europa por meio de uma integração maior dos trabalhadores no circuito do consumo, da capitulação de segmentos do movimento operário, produzindo a imagem de que o capitalismo dos países centrais havia

descoberto a fórmula mágica para combinar padrões de acumulação e equidade BERHING; BOSCHETTI, 2006).

Em outras palavras, o capitalismo no Pós Segunda Guerra protagonizou uma corrida por superlucros. Para tal associou o desenvolvimento tecnológico, como um diferencial na produtividade do trabalho por meio da automação, a formas alternativas de enfrentamento da luta de classe em respostas as requisições da classe trabalhadora, por meio das políticas sociais, que refletiram nas mudanças do modo de produção e do enfrentamento da questão social, revelando um grau de maturidade do capital em lidar com a contradição emergentes nas relações sociais de produção, que Mandel (1976) caracterizou como fase do capitalismo maduro.

Mas esta maturidade apresenta déficit de sabedoria em lidar com o movimento sociopolítico e econômico, que se espraia nos anos 1970, o qual apresenta características próprias assumidas tanto pelo capital como pelo Estado e, conseqüentemente absorvidas pela sociedade, colocando as três últimas décadas do século passado no marco histórico da sociedade capitalista.

Em suma para compreender essas mudanças é necessário, reportar ao período mencionado e evidenciar os momentos da crise, assim como as estratégias e as respostas de saída da crise.

A primeira proposta que há de se retratar é inerente ao modo de produção, que passa de sua condição *rígida* e centralizada para uma condição *flexível* descentralizada. Tal mudança foi favorecida pela denominada Terceira Revolução Industrial, que operou a substituição da eletromecânica para a eletrônica e a ampliação da informatização do processo de automação. Segundo Berhing; Boschetti (2006):

O período de acumulação flexível operam três condições necessárias do mundo do capital, apreendidas por Marx: o capitalismo orienta-se para o crescimento, condição para a acumulação, independente de conseqüências sociais, políticas, ecológicas e outras; esse crescimento em valores reais tem apoio na exploração do trabalho vivo, que tem a capacidade de criar valor, ou seja, o crescimento funda-se na relação capital/trabalho, que é uma relação de classe de controle e dominação; o capitalismo é organizacional e tecnicamente dinâmico, já que a concorrência impele para as inovações em busca de maximização dos lucros, o que repercute nas relações capital/trabalho. (p.118-119)

Nesse sentido, a acumulação flexível adota uma “*flexibilização*” do trabalho por meio da racionalização da produção e da intensificação do trabalho, usando como estratégias para enfrentar os desafios da competitividade no mercado globalizado, o modo de produção *toyotista*, inspirado na empresa automobilística japonesa Toyota, cuja principal característica é a quebra da especialização extrema do trabalhador, propondo um trabalhador *polifuncional* ou *polivalente*, o que significa que cada operário da fábrica deve ser capaz de realizar – e efetivamente deve realizar – diferentes tarefas no processo de produção, da mesma forma implementa uma flexibilidade da produção, articulando produção, trabalho e lucro.

Nota-se historicamente, que a implantação desse modo de produção como estratégia para a superação da crise teve seu êxito articulado série de acontecimentos e processos mundiais. A citar a globalização, que ampliou a tecnologia da informação favorecendo a mobilidade espaço temporal e com isso o controle de uma produção segmentada, horizontalizada e descentralizada no cerne de sua desterritorialização do polo produtivo. A globalização aliada a Revolução Tecnológica também favorece a diminuição do emprego de trabalho vivo em detrimento da ampliação do exército de reserva e a construção de uma comunicação em massa, que implicara no surgimento de uma cultura de consumo.

Outro atributo favorecedor da globalização a esse movimento se dá na junção dela ao processo de financeirização do capital, que agudiza os padrões de competitividade intermonopolista e a articulação supranacional dos chamados megablocos.

O regime flexível produzira uma reestruturação radical do mercado de trabalho, alterando a relação incluído/excluídos, introduzindo novas modalidades de contratação, gerando uma estratificação do trabalho por gênero, cor, raça e etnia. Ademais favorece a coexistência de superqualificações e/ou polivalência com desqualificação do trabalho e impõe uma capacidade de decisão requerida pelas tecnologias emergentes. Todo esse conjunto de transformações constituirá no processo de reestruturação produtiva, que acentuará os padrões de exploração do trabalhador e a

construção de uma sociedade tardo-burguesa, que mina a classe operaria “tradicional” e constitui uma oligarquia financeira global (NETTO, 1996).

### **3.SERVIÇO SOCIAL: TRAÇOS E EMBARAÇOS CONTEMPORÂNEOS**

A reestruturação produtiva redesenha não somente o modo de produção, mas também as relações sociais, isto é, a produção e reprodução material e espiritual do trabalho. Neste cenário está o assistente social, que se insere no mercado de trabalho como profissional especializado, e, por isso, vulnerável a todas essas transformações social, econômicas e políticas, vividas mundialmente. Ele tanto sofre, como tem de produzir respostas para as realidades dos demais trabalhadores, que são atendidos cotidianamente no seu espaço institucional. Ao assistente social são apresentadas demandas sociais, que também fazem parte da sua realidade. Frente a isso, depara-se com os seguintes dilemas: submissão a ordem vigente do mercado de trabalho, garantindo a sua manutenção no emprego e, conseqüentemente, a sua sobrevivência; ou a luta em defesa de seus princípios éticos e políticos e pondo em risco a sua vaga no emprego. Não há receita de bolo para o enfrentamento destes dilemas, pois, é fato que as transformações no mundo do trabalho, resultantes da *reestruturação produtiva* desmobilizam a força da classe trabalhadora e fragilizam as condições legais e sociais de defesa do trabalhador.

O Serviço Social como uma profissão prática interventiva, se constitui em uma especialização inserida na divisão social e técnica do trabalho, que tem como objeto a questão social em suas múltiplas expressões e a “operacionalização dos direitos de cidadania por meio do estabelecimento de nexos entre: as instituições e os serviços sociais que devem prestar; e, os usuários, que movidos por demandas diversas, buscam acesso a esses serviços” (REZENDE, 2006, p. 39). Desta forma, o seu trabalho se inscreve,

também, no campo da defesa e/ou realização de direitos sociais de cidadania, na gestão da coisa pública. Pode contribuir para o partilhamento do poder e sua democratização, no processo de construção de uma contra-hegemonia no bojo das relações entre as classes. Pode, entretanto, imprimir outra direção social ao seu trabalho, voltada ao reforço das estruturas e relações de poder preexistentes, os marcos da cotidianeidade (IAMAMOTO, 2001, p. 24).

Para tal, o Serviço Social, conta com um arcabouço instrumental que extrapola a mera condição de aplicação de técnicas, exigindo, portanto, uma base teórica-metodológica, que contribui para que o profissional desmistifique a realidade social e sobre ela proponha ações interventivas voltadas a preservar e efetivar direitos, sendo assim um profissional que reflete, ou seja, possui uma base teórica que permite reconhecer a totalidade social e ainda iluminar a sua prática de forma dialética.

Nesse sentido, essa profissão a partir de uma visão crítica embasada na dialética, busca compreender a relação do macro com o micro, ou seja, compreender o contexto sócio cultural, econômico e político do indivíduo e do cenário, no qual ele está inserido, articulados as suas particularidades, cujo movimento produz alternativas para a mudança da necessidade ou da realidade social apresentada pelo indivíduo, justificando claramente a sua inconsistência ao processo de automatização da ação profissional.

Mas, em resposta a dinâmica contemporânea do mercado, não somente o assistente social como os trabalhadores estão submetidos ao processo por ele assumido, que aqui denominamos como “*protocolização*”, que é o direcionamento da ação profissional restrita a execução de protocolos e padrões interventivos impostos pela instituição programa ou política. Em suma: processo que se reforça pela lógica gerencial, que atravessa as políticas públicas.

Quando o Serviço Social se protocoliza limita a sua ação e rompe com a visão dialética, que o possibilita de ver além do que está sendo proposto e, de planejar ações interventivas e preventivas. Em outras palavras, o Serviço Social perde a sua condição de profissional crítico analítico e assume o papel de mero executor e cumpridor de tarefas. Executor que se prende as funcionalidades institucionais. Isso seria um neoconservadorismo?

O debate aqui não busca exibir uma conclusão se é ou não um neoconservadorismo ou qualquer outra vertente que ilumina esse contexto ou que o Serviço Social assuma, mas o de estudar um processo que se cerca de nuances, que com o movimento de reestruturação produtiva após a crise do capital na década de 1970, a remodelação do modo de produção e, com isso, do mercado de trabalho, traz novas exigências aos profissionais, produzindo

uma revigoração do individualismo, uma série de obrigações que perpassam desde a competência e a articulação individual, o capital humano e o capital social do indivíduo até o enquadramento institucional de rotinas e funções pré estabelecidas. Tais rotinas e novas funcionalidades a favor desse modo de produção ignora as especializações, as qualificações e tudo aquilo que se põe como especificidade na divisão sócio técnica do trabalho, embora ela mantenha a divisibilidade do conhecimento.

Ademais, aplica uma flexibilização da mercadoria ou desse modo de produção, que exige uma polivalência do trabalhador. Esta última estará atrelada não só as múltiplas funções, mas também a perda da especialidade de sua função, ou seja, o Psicólogo mistura sua prática profissional com aquilo que cabe e que faz o Assistente Social e vice versa, bem como o Pedagogo, por exemplo, o trabalho no âmbito das instituições da assistência social, de saúde mental, dentre outras políticas públicas.

Em particular no campo sócio ocupacional da assistência social, ou seja, nos chamados equipamentos prestadores de serviços sócio assistenciais, há uma gama de profissionais compondo equipes que deveriam trabalhar de forma *interdisciplinar*, porém há uma nova modalidade posta, que não é possível afirmar que seja uma interdisciplinaridade, nem multidisciplinaridade, mas talvez uma transdisciplinaridade ou qualquer outro nome que venha agora justificar, ou melhor, definir a postura desses profissionais, os quais mesclam as suas atribuições privativas com as atribuições privativas de outros profissionais, que assumem outra característica no cenário, não definindo claramente a atribuição de cada profissional.

Se for olhar para as resposta do Serviço Social a este cenário verifica-se, no âmbito do Conselho Federal de Serviço Social (CFESS), a construção de parâmetros (saúde, campo sócio jurídico, assistência social), que vão definir o que faz esse assistente social dentro desses campos sócio ocupacionais. Mas, isto é um agravante, pois se tornar meio de legitimação da pratica profissional, a resultante será a elaboração de “n” parâmetros, sendo cada um desses destinado a respectivos campos de atuação do profissional, quizá a setor de atuação do assistente social. Fato que talvez adense a lógica do mercado de construção de protocolos e rotinas e a restrição das ações

profissionais a preenchimento de fichas e cadastro apenas para encher os prontuários ou mesmo a regulação de pacientes em Unidades de Pronto Atendimento (UPA), a realização de visitas domiciliares para respostas a protocolos jurídicos e as ações interventivas imediatistas, pragmáticas e rápidas em consonância com a lógica da produtividade.

E fato, que todo esse processo vivido não somente pelo Serviço Social, no âmbito do mercado de trabalho, influencia a formação profissional, que também encontra-se em situação delicada, devido as várias investidas de sua formatação em uma “educação-produto”, planejada e disseminada a favor do mercado, quando vista como mercadoria vendável e não como direito e, a favor do empregador, quando posta como instrumento de controle e alienação do trabalhador.

Tais particularidades desvendam a fragilização e precarização da formação profissional e com ela do protagonismo político e social dos profissionais, que tende a fortalecer o movimento individualista em detrimento da organização coletiva da massa, desmobilizando os movimentos sociais e despolitizando a questão social. No que tange ao Serviço Social, este cenário coloca em xeque o direcionamento social, ético e político da profissão, levando a compreensão utópica da sua visão de mundo, logo desfavorecendo o seu arcabouço teórico e metodológico, que fundamenta a sua práxis profissional.

O assistente social na condição de trabalhador também produz trabalho alienado e vivencia condições objetivas de trabalho, que afetam o exercício profissional, cujo precarização está expressa nas dimensões de desregulamentação do trabalho e da legislação trabalhista; da desprofissionalização; e da despecialização. Estas são reforçadas pelas propostas de redução de carga horária condicionada ao cumprimento de metas e exigência de submissão as exacerbadas e rotativas normatização institucional.

Na gestão, assistente social, é chamado a cumprir marcos legais, segundo a lógica da redução de custo e, por isso é levado a seguir uma padronização de técnicas de caráter manipulatório, que indicam o que e como arguir os usuários, o tipo de pergunta a ser feita, a entoação de voz, etc... bem como o mérito do usuário a acessar tal benefício/serviço.

A visão equivocada do Serviço Social, como profissão vocacional ligada a prática da ajuda firma uma simbiose a visão de profissão de militância pautada em valores anti-capitalista romântico e humanista-cristão, reduzindo o compromisso a boa vontade do profissional, produzindo posturas voluntaristas, messiânicas e psicologizantes, justificadas no “pluralismo”, que em sua significância inexistente nesse palco favorecedor de um exercício profissional cada vez mais funcional ao projeto reformista- burguês, facilmente visível na atuação na assistência social.

Ademais, o mercado de trabalho do assistente social direciona e centraliza a sua ação nos sujeitos e nas famílias, voltada à produção de respostas paliativas e imediatistas com aparente humanização da política acobertada de intervenções disciplinadoras em nome de um suposto “empoderamento”, fortalecendo o processo de culpabilização e criminalização dos indivíduos das mazelas sociais.

No contexto das políticas sociais, a sua face de assistencialização, com projetos focalistas e minimalistas com foco na pobreza absoluta, chama o assistente social para atuar em seleção, distribuição e controle de benefícios, com destaque para os de transferência de renda, rotulam os profissionais a mero administradores da pobreza.

Uma das resultantes desse perfil coloca o Serviço Social como profissão que aplica ações voltadas a administração de conflitos sociais, oferecendo respostas instrumentais, entendidas como técnica ou tecnologia social para administração da pobreza, que promovem “resiliência”, “ressocialização”, operando respostas de caráter reformista-integrador, apoiado em compreensões teóricas das correntes positivistas.

Outra resultante, a “*protocolização*” é a ação de orientar uma prática, um exercício profissional por meio de protocolos, modelos ou padrões definidos de respostas às demandas do cotidiano. Em geral, esses protocolos são criados por outro profissional (ou por técnicos de programas), e não pelo seu executor, tirando a sua autonomia, pois este processo habilita-o apenas para uma ação prática e técnica, na qual ele não é o protagonista de sua intervenção.. Fator que interfere na finalidade dada pelo Serviço Social ao objeto, inibindo o alcance do objetivo desenhado de transformação da realidade expressa em

uma nova realidade, desmistificada e pautada em valores éticos e políticos. A exemplo tomemos o Prontuário SUAS e o CADÚnico.

Nota-se aqui mais uma façanha da “*protocolização*”, a qual não atinge apenas os profissionais, mas também os usuários, os quais são feridos no direito de resguardo de suas informações e confidências ao assistente social.

Diante desse quadro, a “*protocolização*” aposta na desespecialização do exercício profissional, por meio da substituição do trabalho complexo por atividades simples. Desta forma a “*protocolização*” funciona como viés que acoberta o plano de alienação e controle total do trabalhador, colocando-o no exercício de atividades, nas quais ele pode ser facilmente substituído.

Esta realidade se manifesta notoriamente no campo da assistência social, onde psicólogos, pedagogos e assistentes sociais dividem as mesmas atribuições e espaços não no sentido de complementaridade, mas de substituição de tarefas.

Uma comprovação dessa “substituição de competência” no Serviço Social está no discurso profissional, que assume nomenclaturas institucionais ou da própria política social, a saber, o entendimento de instituição como “equipamento”; a organização de recursos como otimização do orçamento; o atendimento como “acolhimento”; a queixa como desabafo; a crítica como rebeldia; a inconformidade como ausência de compreensão; a negligência como algo natural; a entrevista como cadastro; o usuário como beneficiário; o direito como mérito; o espaço como “território”; o atendimento em grupo como terapia; a articulação para ação profissional como “rede”, entre outros.

#### **4. CONSIDERAÇÕES FINAIS**

Em conformidade com a análise de Yamamoto (2001), o pragmatismo que invade o mercado de trabalho prende o Serviço Social a uma visão fatalista, impossibilitando que o profissional rompa com as atividades padronizadas, mecanizadas e rotineiras, reduzindo a ação profissional à condição de mero emprego. Ademais, propaga a visão de que há uma diferença entre a teoria e a prática, desqualificando a formação crítica e direcionando para uma formação mais “técnica”. Tal formação definiria o novo perfil do profissional de Serviço Social no mercado de trabalho, que seria aquele que se submete a lógica da

mera execução técnica de instrumentais, sem analisar a realidade, reproduzindo a ideologia dominante e a alienação a favor da manipulação dos indivíduos para a manutenção de uma “ordem” em prol da acumulação capitalista.

Neste contexto, o assistente social migrará da imediatividade e superficialidade para a particularidade e essência do objeto que se apresenta, de forma articulada com as particularidades do mesmo, e por meio do movimento dialético construir caminhos que levarão à transformação idealizada e pactuada com valores e princípios defendidos pela profissão, como a liberdade e a democracia.

A “*protocolização*” é um processo que emerge em meio as vastas transformações societárias, que atinge o mercado de trabalho nos últimos 20 anos, fruto de um esforço global de reestruturação econômica do capital, que excedeu a dimensão das forças produtivas. O Estado foi remodelado em nome de um mercado livre, negligenciando a sua condição de provedor via políticas sociais em detrimento ao fortalecimento de um mercado, que mercantiliza as relações sociais e impõe novas regras de sociabilidade, pautada na ideologia individualista apregoadora de uma liberdade, que escraviza no ditame do consumo.

As mudanças são severas e se manifestam na refuncionalização das profissões, por meio da desprofissionalização, desregulamentação e desespecialização do trabalho. Nesse contexto, emerge novas formas de gerenciamento de pessoas e do trabalho, palco onde o processo de “*protocolização*” se concretiza.

Tal processo alude a uma tecnificação do trabalho de modo padronizado, centralizado, limitado, que automatiza a prática profissional e tira do trabalhador o domínio sobre o processo de trabalho a favor do seu enquadramento a regras e rotinas institucionais, que exibem uma face humanizada e flexível para a sua execução escamoteando o aprofundamento do processo de controle e desmobilização do trabalhador.

Os reflexos desse processo, em profissões como a de Serviço Social, trazem à tona a revigoração de um passado, cuja a história buscou romper, centrado em ações fatalistas e messiânicas, formatadas pelo *ethos* burguês de

dominação e de controle. A chave da ruptura estava no reconhecimento do objeto de intervenção do profissional e na construção de seu conhecimento científico de forma a compreender a totalidade na qual ele está inserido, e, assim produzir uma proposta crítica de intervenção capaz de formular, elaborar, criar caminhos em defesa da liberdade e da democracia.

Não se trata aqui de uma visão romântica da profissão, colocando-a como “salvadora”, isso seria reproduzir as bases conservadoras, mas sim de apontar as perdas na autonomia, na competência e na intelectualidade da profissão tão duramente conquistada pelo movimento da categoria na busca do significado social da profissão. Isso impacta a profissão revelando que ela não está imune ao grande movimento do capital e as mudanças por ele determinado na construção das estratégias de manutenção e ampliação da acumulação.

Fato que endossa a necessidade dos profissionais de Serviço Social ir para além da profissão e continuar buscando a compreensão do cenário sócio-histórico, que o atinge medularmente, em especial, o seu exercício profissional em todas as dimensões de sua prática.

A “*protocolização*” traz consigo uma racionalidade tecnológica, que infere sob a interpretação da realidade social, construindo uma face a favor do redimensionamento das relações sociais e de produção. Se considerarmos a lógica tecnológica como uma ideologia (GUERRA, 2014), entenderemos que ela põe em voga a valorização de relações moralizantes e conservadora, não pluralista, de criminalização dos movimentos sociais coletivos e de exclusão de tudo aquilo esteja fora dos padrões capitalistas.

Tais particularidades desvendam a fragilização do exercício profissional e com ela a perda do protagonismo político e social da profissão e o seu enquadramento aos moldes individualista do mercado em detrimento ao compromisso com o trabalho coletivo, desmobilizando os movimentos da categoria tanto como profissão quanto na condição de trabalhador, adensando ao seu exercício profissional uma prática de visão despolitizada da questão social, reprodutora da lógica capitalista.

## REFERÊNCIAS

BERHING, Elaine R; BOSCHETTI, Ivanete. **Política social fundamentos e história**. Cortez, 2006.

GUERRA, Yolanda D. Transformações societárias e serviço Social: repercussões na cultura profissional. In: MOTA, Ana E; AMARAL, Angela. **Serviço Social brasileiro nos anos 2000: cenários, pelepas e desafios**. Pernambuco: Editora UFPE, 2014. p. 45 – 52.

IAMAMOTO, Marilda V. **Serviço Social em tempo de capital fetiche: capital financeiro, trabalho e questão social**. São Paulo: Cortez, 2009

\_\_\_\_\_. **O Serviço Social na Contemporaneidade: trabalho e formação profissional**. São Paulo: Cortez, 2001.

NETTO, José P. Transformações societárias e Serviço Social: notas para um análise prospectiva da profissão no Brasil. **Revista Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, ano XVII, n. 50, abr. 1996.

REZENDE, Ilma. Serviço Social: sua especificidade como profissão prática-interventiva. REZENDE, Ilma; CAVALCANTI, Ludmila F. **Serviço Social e políticas sociais**. Rio de Janeiro: Editora UFRJ, 2006. p. 25-46.